

ÍNDIO INVADIDO E NEGRO TRAZIDO NA FORMAÇÃO DO POVO-NAÇÃO DO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS

Wendell Marcel Alves da Costa¹

Resumo:

Este artigo propõe uma reflexão acerca dos movimentos culturais e históricos existentes no processo de formação do povo brasileiro, tendo como elemento constitutivo a participação do *índio invadido* e do *negro trazido*, através dos conceitos trabalhados por Darcy Ribeiro em seu livro “O povo brasileiro”. Logo, percorremos o seu trabalho levantando alguns diálogos conceituais com o autor, trazendo, na medida do possível, uma relação direta com a sociedade brasileira de hoje e dos meandros que circundam a sua reconstituição cultural e étnica na atualidade.

Palavras-chave: História Cultural, Povo Brasileiro, Darcy Ribeiro.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão acerca dos movimentos culturais e históricos existentes no processo de formação do povo brasileiro, tendo como fundamento a participação do *índio invadido* e do *negro trazido*, através dos conceitos trabalhados por Darcy Ribeiro em seu livro “O povo brasileiro”. Logo, percorremos o seu trabalho levantando alguns diálogos conceituais com o autor, trazendo, na medida do possível, uma relação direta com a sociedade brasileira de hoje e dos meandros que circundam a sua reconstituição cultural e étnica na atualidade.

O título do trabalho, *Índio invadido e negro trazido* na formação do povo-nação do Brasil faz uma metáfora entre os dois povos, multifacetados, do índio e do negro, que estão os dois, ainda que assemelhados nos processos de insubordinação histórica, afastados por um indivíduo em comum, o invasor, que separou suas etnias e fez prover uma matança, estando ele na segunda posição de um sistema da construção do Brasil, antes sê-lo o tal:

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista IC/CNPq. E-mail: marcell.wendell@hotmail.com.

ÍNDIO — LUSITANO — NEGRO

Entretanto, não nos detemos ao raciocínio da chegada do europeu às terras tropicais. É, sobretudo, a interferência dele na emulação do povo anterior e posterior a ele, e a característica que faz dele, o português, um sujeito modificador para se pensar a atuação dos índios invadidos e dos negros trazidos do povo-nação do Brasil.

A história que gira em torno da constituição do povo brasileiro, em sua plasticidade histórica, cultural e social, está atrelada aos meandros que a própria História se desafia em desvendar. Ora os rascunhos deixados por quem estuda a constituição do Brasil produzem uma ressignificação do povo brasileiro, uma visão; contudo, até mesmo eles ainda estão encalçados nos estudos que organizam materialmente essa percepção do espaço histórico. Dessa forma, torna-se pertinente analisar a constituição do Brasil através de diferentes óticas epistemológicas: antropologia, geografia, economia, história e lingüística. Quando estudadas em conjunto, essas áreas possibilitam reificar um conceito e até mesmo uma noção da coisa dada como *nação*.

O texto célebre de Darcy Ribeiro, “O povo brasileiro”, de subtítulo “A formação e o sentido do Brasil”, é um desses estudos. O intelectual brasileiro elabora uma tese de que a construção sistemática da história desse povo, atribulada e complexa é, portanto, um meio para dar sentido a uma nação que precisa estar engajada, em seu cerne, a um ponto de partida concreto. Sem este sentido, sem ter a narração necessária de sua formação, o povo continuará navegando nos submundos do abstratismo histórico e cultural.

Ribeiro, em seu texto, desconstrói a história do povo brasileiro, desde seu início, quando o país ainda se encontrava nos poderes de terra dos índios, e perpassa os momentos cruciais da formação moral a partir dos resvalos da escravidão dos gentios e dos negros, uma tatuagem na pele da “população” do Brasil.

Para ele, a formação do brasileiro se dá através de conflitos, tanto no campo biótico (por meio de doenças trazidas pelos europeus, matando objetivamente milhares de índios), quanto ecológico (a questão do território e suas riquezas), econômico e social (escravização do índio), e da mercantilização das relações de produção (dos materiais exóticos “encontrados”). O último plano se refere ao étnico-cultural, que segundo o autor (RIBEIRO, 1995: 30):

Essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas.

Este último, junto com os demais, traduz o objetivo do livro enquanto proposta de interpretar o Brasil a partir dos seus documentos imateriais (simbólicos) e materiais (documentais), embora contados por um único protagonista do enredo, o do devastador, o precursor da “nova civilização”.

Se poucas vezes Camões se referiu ao Brasil nos recentes acontecimentos desta terra-nova, ela por sinal se tornaria com o tempo importante não só para Portugal como também para a economia mundial da época: um canal de fornecimento de matérias-primas para a confecção de diversos produtos manufaturados dos séculos XV, XVI e XVII. Entretanto, inicialmente a terra era pouco útil – “não possuía nem ouro e nem metais preciosos” – para o império português, voltando a sua atenção sobre ela apenas décadas mais tarde.

Stefan Zweig, importante estudioso da cultura brasileira que tem um olhar estrangeiro dos movimentos socioculturais do Brasil, corrobora a lição postumamente transmitida pelos livros de história, de que o patrono imaculado, Pedro Álvares Cabral, descobriu assim a Ilha de Santa Cruz por um sortudo lance de desvio. Sarcasmo à parte, foi mediante a provocação cabível do Tratado de Tordesilhas a passagem final para que os navios descobridores da Coroa voltassem a navegar entre os litorais *desconhecidos* da terra tropical. As índias, assim, não eram propositalmente o seu objetivo.

Com o tempo, a nova-terra seria saqueada por diversos países, dentre eles a França, com o intenso povoamento desta terra fértil. A humanização era necessária, os índios não possuíam força e vontade suficientes para angariar a produção incessante e exigida pela Coroa, por isso optou-se então pela prática das capitânicas hereditárias e, por conseguinte, a indelével popularização negra pelos escravizados africanos durante os próximos séculos. Os homens penitenciados também eram *convidados* a pagarem as suas sentenças na terra dos primitivos que passeavam nus sem qualquer disposição de onerosidade moral. Enfim, era uma terra-de-ninguém.

Um primeiro momento: a não formação de classes sociais insurgentes

São três as categorias que embasam os grupos étnicos, para o autor, na organização social das populações, desde o seu momento mais temporal: são eles a ecológica, a econômica e a imigração. Dessa forma se formaram um sem número de microetnias tribais, contudo, a esfera central encontra-se na esperteza de que “os brasileiros se integram em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num Estado uniétnico” (RIBEIRO, 1995: 22). No entanto, é ainda corrente o conceito de que o macro, aquele que engloba e perscruta a maioria da população, inibe qualquer que seja a reprodução mínima de um povo condicionado a uma microetnia.

O deslocamento percebido na constituição de camadas sociais no Brasil, não está encaixada na diferenciação sistemática de grupos opostos que almejam desenvolver uma série de características próprias. Diferentemente disso, o povo-nação brasileiro é produto de um intenso processo de escravização dos homens e das mulheres, sobrepostos a categorias de classes sociais onde não puderam requerer direitos; e os deveres são aqueles direcionados para o mantimento da força do trabalho forçado e a geração de lucro para o poder político elitista. As resultantes desses movimentos político-sociais promoveram um “continuado genocídio e um etnocídio implacável” (RIBEIRO, 1995: 23). A imagem que se constrói, é de que os índios, para o português-europeu-invasor, “eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão” (RIBEIRO, 1995: 53).

O produto político-econômico resultante desse processo, além da cicatriz moral do povo brasileiro, é a forma como se implementou a revolução burguesa no Brasil, através da hegemonia burguesa, no início do período da Abolição e da Proclamação da República. Neste momento, a preocupação girava em torno de não desmanchar a relação de dependência das “massas” com a classe alta, fazendo desenvolver a desigualdade de condições de vida (FERNANDES, 2006).

A herança da colonização, até a transição demarcada da Independência foi marcada por alguns poucos grupos acima de todo um conglomerado de indivíduos. Para entender esse processo de transição e outros que levaram o Brasil a se constituir como tal, é necessário retornar aos tempos primitivos do primeiro-Brasil, quando a terra e o coração do povo que aqui vivia ainda não estavam colonizados por invasores europeus. O exemplo marcante dessa afirmação foi o *cunhadismo* na constituição do povo brasileiro, assim como a *aculturalização*

e o sincretismo entre as culturas, inclusive as religiosas no âmbito da catequização de índios que se voltaram para o trabalho.

Alguns aspectos concorrem para narrar a constituição do povo brasileiro, como os cruzamentos entre portugueses e mulheres indígenas, gerenciado e facilitado por um costume intitulado de *cunhadismo*, próprio da cultura indígena. Essa instituição social foi a que possibilitou a formação do povo brasileiro, resgatando um conceito já há muito visto no campo da antropologia dos costumes, como o homem cordial (HOLANDA, 1995).

O homem cordial, que resolve todos os problemas pelo dispositivo da “boa vizinhança”, também está presente no imaginário acerca do povo brasileiro, como apresentado nos escritos de Stefan Zweig. Segundo Zweig (1941: 15):

Esse problema central que se impõe a toda geração e, portanto, também à nossa, é a resposta à mais simples e, apesar disso, a mais necessária pergunta: como poderá conseguir-se no mundo viverem os entes humanos pacificamente uns ao lado dos outros, não obstante todas as diferenças de raças, classes, pigmentos, crenças e opiniões? É o problema que imperativamente sempre se apresenta a toda comunidade, a toda nação. A nenhum país esse problema, por uma constelação particularmente complicada, se apresenta mais perigoso do que ao Brasil, e nenhum o resolveu numa maneira mais feliz e mais exemplar do que a pela qual este o fez; é para gratamente testemunhar isso que escrevi este livro. O Brasil resolveu-o numa maneira que, em minha opinião, requer não só a atenção, mas também a admiração do mundo. (sic).

Entretanto, a abertura dialogal e cultural que o *cunhadismo* fez insurgir na relação português-indígena, se manteve por pouco tempo, pois “se teve que passar [...] às guerras de captura de escravos, quando a necessidade de mão-de-obra indígena se tornou grande demais” (RIBEIRO, 1995: 82).

Um povo fruto do sincretismo involuntário, por parte da etnia mais frágil, inocente, de outros olhos, diferentes dos colonizadores, que “engendraram uma vasta prole mestiça” (RIBEIRO, 1995: 54), o índio está alicerçado na composição do que é hoje a nação brasileira: ela não é nem branca nem negra. É na verdade os dois, incluído as culturas portuguesas, indígenas e africanas.

Em síntese, são os brasileiros um povo filho de “ninguém”, pois de tantas origens, elas se apresentam e se representam de acordo com os alimentos nominados, as vestimentas

pluricolores, os costumes, as pinceladas do *kene* e da arte. Contudo, é o filho gerado do índio e do português o *primeiro brasileiro*, esse nutrido num útero destribalizado, apresentado para uma terra luso-tupi. É o mameluco, portanto, o *primeiro filho*, que deu uma identidade ao país chamado Brasil, aquele que guiou o colonizador das décadas que seguem no século XVI pelas florestas, e o bandeirante paulista preador de índio (VASCONCELLOS, 2008).

Darcy Ribeiro (1995) chama de *atualização histórica* os movimentos temporais que vão colocar a população indígena como submissa ao homem colonizador, onde a autonomia étnica dos núcleos engajados perderá força, terminando por dar início à edificação da sociedade brasileira. O advento da economia açucareira é o motor propulsor nesta questão.

Segundo o antropólogo, são os planos adaptativos, associativos e ideológicos, os pontos por onde vão percorrer a marginalização da *aculturação* econômica-cultural do povo indígena. Nesses processos, especificamente, serão elaborados, em suma, posições acerca das inovações direcionadas à tecnologia utilizada, à organização da vida social, às formas de comunicação, subjetivação e representação enquanto grupo patrono de singularidades (RIBEIRO, 1995).

A submissão, ora desgarrada por intensos conflitos de armas e mortes, puseram os índios não apenas num processo de *aculturação*, como também de escravização. Ribeiro (1995) vai mostrar que os números corretos sobre a quantidade de indígenas que foram condicionados ao trabalho escravo, estão perdidos. Apostam-se em milhões; milhares para Simonsen (1937 *apud* RIBEIRO, 1995), pelos bandeirantes paulistas.

Marcas históricas: uma tatuagem na pele do negro

Não somente o gentio como um novo personagem também vai sofrer com as garras devastadoras do europeu. O novo ator – secundário para o português, principal, ao lado do índio, para a formação do Brasil – é o negro trazido da costa ocidental da África, colhido contra vontade de suas terras talhadas por dialetos milhares e religiões conflituosas.

Transportados para terras ainda desconhecidas em sua totalidade, não puderam promover a mesma *aculturação* dos seus malfeitores portugueses, evento realizado antes com os indígenas, por que foram separados por suas etnias, primeiro a partir dos navios negreiros, recolocados apenas como mão-de-obra para o regimento da economia açucareira na colônia

portuguesa. Como consequência, a separação das etnias dos negros trazidos, “impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano” (RIBEIRO, 1995: 115); além de ser uma tática utilizada para desestruturar qualquer forma de insurgência contra os capatazes hostis.

Para sobreviver nesta nova terra, precisaram eles, os negros, se adaptar às diferenças linguísticas, a alimentar-se com os novos sabores dos alimentos e até mesmo a se iniciar nos costumes indígenas, aos quais participavam de rituais em manifestação às suas tradições. Logo, apercebeu-se em outro mundo, que aprenderam a sobreviver. Sobreviver e não viver. É um indivíduo que está vivo, mas não vive; ao contrário de viver ou morrer, empregado respectivamente por estar entre os homens e deixar de estar entre eles (ARENDDT, 2007).

Portanto, entende-se que mesmo os negros e os índios, ainda que vivos, não vivem, sendo que estão condicionados na mesma posição de estar mortos socialmente, por que entre os “homens-brancos” – que vivem – eles não estão.

Contudo, participaram do aportuguesamento do Brasil com importância que oblitera o que o colonizador lusitano pretendia fazer. Com igual atenção, os agrupamentos de negros forçaram de sobremaneira uma adaptação aos seus iguais de pele, mas diferentes em crenças.

Darcy Ribeiro, acerca do sistema escravocrata num período crucial de adaptação dos índios e negros a esse desvio das ações físicas produtivas, se rende a descrever sobre a cultura que recai naquilo que chamará de *auto-construção*, indo contra ao *desfazimento* de suas elaborações culturais e tradicionais. O autor, espantado com a interferência de outrem em sua acumulação e reprodução cultural, diz que quase se tornaram não-humanos. Para fugir do aprisionamento de seus corpos e de seus espíritos livres, alguns cometiam suicídio, outros se negavam a fugir, e muitos negros terminavam suas curtas vidas pelas consequências deixadas por doenças como estafa; ou, já imprestáveis aos seus “donos”, eram alforriados para morrerem à terra inoportuna.

O sofrimento do negro, uma tatuagem na pele do povo brasileiro, é relato de destaque no texto do antropólogo. As passagens mostram o quanto havia de organização para controlar o negro por parte dos invasores, punindo-o sem pena, chicoteando-lhe a 300 ou mais ornamentações de ódio; o “trabalho” era sistematizado. Trabalho duro, matar um negro, por que foram fortes eles. Ribeiro (1995: 120) narra:

Sem amor de ninguém, sem família, sem sexo que não fosse amasturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém – seu capataz podia ser um negro, seus companheiros de infortúnio, inimigos –, maltrapilho e sujo, feio e fedido, perebento e enfermo, sem qualquer gozo ou orgulho do corpo, vivia a sua rotina. Esta era sofrer todo dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo de seios, de queimaduras com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sob trezentas chicotadas de uma só vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver.

Podiam, ainda, ser queimados vivos. Um horror era certo, que servia de “lição” para os demais. Para o povo brasileiro, ficou a herança da marca deixada sobre o sofrimento sofrido, e o sofrimento exercido, que explicam, de forma mais abrangente e referenciando o supracitado, a eloquência com que discursos ainda proferidos hoje, na brutalidade racista e classista.

O povo-nação, o brasileiro

Ser um povo é sentir-se povo. Os missionários que chegavam à colônia portuguesa encontravam um povo mestiço, e dois séculos depois ainda se perguntavam se toda aquela gente ainda se tornaria um criadouro da fala do português, uma língua de “Gente”, diferentemente do primitivo tupi-guarani que tomava as regiões e os conglomerados. Para Ribeiro (1995: 127-128):

É bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas.

[...]

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio² mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava –, nem com os europeus – que o desprezavam –, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro.

Por outro lado, acerca do sentir-se povo, essa formação tem relação continuada com o desdém, usando o termo frágil no lugar de apatia, com os filhos nascidos dos pais. Dos pais por que os filhos não eram das mulheres-índias. Quando nascidos, crescidos e feitos homens, serviam para o trabalho por um tempo, para povoar as aldeias que se escutavam o barulho do vento. Com o tempo, “os impuros filhos da terra”, renegados pelos pais, rejeitados pelo gentio materno, “o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro” (RIBEIRO, 1995: 108 – 109).

Ao contrário do que se pensa o índio não passa a ser o brasileiro. Ocorre que certos índios específicos se caracterizam, mediante sua formação cultural, sendo mamelucos, à condição de índios genéricos, portanto aculturados tendo ainda sua identificação étnica. As marcas étnicas estão imbricadas na sociedade de hoje, nos costumes, nos rostos, nas lendas, nos mitos. São saboreadas no paladar e nos sentidos da percepção do ambiente e das coisas do país.

Com o tempo nascia uma nova sociedade, construído pelo brasilíndio e pelo afro-brasileiro, que queriam ser reconhecidos por possuírem uma configuração histórico-cultural que se opusesse aquela dos portugueses, dos índios e dos negros. A participação do mulato, que “ou eram brasileiros ou não eram nada, já que a identificação com o índio, com o africano ou com o brasilíndio era impossível”, afirma Ribeiro (1995: 128), ao lado dos mamelucos, “[...] formaram logo a maioria da população que passaria, mesmo contra sua vontade, a ser vista e tida como a gente brasileira”. O filho do negro, o crioulo, igualmente parte dos brasis que surgiriam com as décadas, “sabendo-se não-africano, [...] se sentia desafiado a sair da ninguendade, construindo sua identidade”, atuando na composição da nova cultura, para enfim ser ele “um protobrasileiro por carência” (RIBEIRO, 1995: 131).

²Brasilíndios ou mamelucos, a expansão do domínio português pelas terras interioranas, deve-se a eles. Ver RIBEIRO (1995: 106)

De fora para dentro, a identidade brasileira se constitui para que os novos filhos da terra se vejam como parte dela. A etnia brasileira de um só povo “que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem” (RIBEIRO, 1995: 133).

Considerações finais

Em síntese, a história do povo brasileiro e a sua identidade cultural produzida está sujeita a testes mediante a determinação política de reivindicações sociais. Com os séculos, até meados da Proclamação da República, as insurgências por direitos políticos e sociais estiveram tatuados em conflitos de fortes – em armamento – contra fortes – politicamente e simbolicamente. Ainda hoje a identidade brasileira é testada: sua origem, a simbiose das cores, dos sons e dos sabores, reproduzidas em juízo popular, sedenta por condutores de indivíduos de iguais origens, cores, sons e sabores.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana** / Hannah Arendt; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil** / Sérgio Buarque de Holanda. – 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil** / Darcy Ribeiro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Da saudade à ningundade: portugueses e brasis. *IPOTESI*, Juiz de Fora, v.12, n.1, p.9 – 19 jan./jul. 2008. Disponível em www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/2-Da-saudade-à-ningundade-portugais-e-brasis.pdf Acesso 23 de maio de 2014.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.